



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

AUGUSTO  
MANOEL  
DE  
CARVALHO  
FARIAS  
19/06/2026 11:45

**TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRAS**  
**DISPENSA – ART. 75, INCISO II, DA LEI N. 14.133/2021**

**PROAD N. 4246/2026**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a”)

**1.1. OBJETO:** Aquisição anual de medicamentos, insumos e material médico-hospitalar para a área de Enfermagem da Coordenadoria de Saúde do TRT5 para exercício de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificações	CATMAT	Unidade medida	Qtde.	Valor unitário estimado	Valor total
1	1	Eletrodo descartável para desfibrilador externo automático (DEA) ZOLL AED PLUS. Eletrodo de peça única, mul função CPR-D-padz; uso adulto, descartável, com validade de 05 anos a partir da data de fabricação e com validade mínima de 54 meses no ato da entrega.	453771	UNIDADE	1	R\$ 2.283,10	R\$ 2.283,10
	2	Bateria 3V Lithium CR 123A (para DEA Zoll), marcas Duracell ou Sanyo, conforme instruído pelo fabricante. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	279282	UNIDADE	40	R\$ 66,04	R\$ 2.641,60
		<b>TOTAL GRUPO 1</b>					<b>R\$4.924,70</b>
	3	Midazolam 5mg/ml, ampola 3 ml	268481	AMPOLA	20	R\$ 2,32	<b>R\$ 46,40</b>
2	4	Soro fisiológico (cloreto de sódio 0,9%), 250 ml, sistema fechado.	268236	UNIDADE	100	R\$6,01	R\$ 601,00
	5	Soro fisiológico (cloreto de sódio 0,9%), 10 ml, ampola/flaconete.	448699	UNIDADE	200	R\$ 0,59	R\$ 118,00
		<b>TOTAL GRUPO 2</b>					<b>R\$ 719,00</b>

TRT da 5ª Região  
TR - DISPENSA - Compras - art. 75 inciso II  
Agosto/2025 - versão 7.0



3	6	Algodão Hidrófilo: não estéril, alvejado, extra absorvente e macio. Apresentação em rolo de 500gr. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	628473	ROLO	3	R\$ 24,72	R\$ 74,16
	7	Agulha 30x0,8. Dimensão 21G x 1 ¼. Embalagem individual. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	439805	UNIDADE	400	R\$0,09	R\$ 36,00
	8	Agulha 30x0,7. Dimensão 22Gx1 ¼. Embalagem individual. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	439808	UNIDADE	400	R\$ 0,08	R\$ 32,00
	9	Escalpe 19 G. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	437168	UNIDADE	100	R\$0,39	R\$ 39,00
	10	Compressa de gaze não estéril, 100% algodão, 7,5x7,5cm, 13 fios/cm³. Pacote com 500 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	628243	Pacote	4	R\$ 33,16	R\$ 132,64
	11	Curativo adesivo redondo Blood Stop, caixa com 500 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	483363	CAIXA	4	R\$21,51	R\$ 86,04
	12	Curativo adesivo, formato fita, 2,5x7,5 cm. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	483367	UNIDADE	400	R\$ 0,32	R\$ 128,00
	13	Hastes plásticas flexíveis(cotonete), 100% algodão. Caixa com 300 unidades. Validade mínima de 1 (um) ano na data de entrega.	481317	CAIXA	3	R\$ 19,95	R\$ 59,85
	14	Loção oleosa a base de AGE; frasco 100ml. Validade mínima de 1 (um) ano na data da entrega.	281657	FRASCO	6	R\$5,42	R\$ 32,52
		<b>TOTAL GRUPO 3</b>					<b>R\$ 620,21</b>
4	15	Bromoprida 10mg, comprimido.	269954	COMPRI MIDO	200	R\$ 0,45	R\$ 90,00
	16	Butilbrometo de escopolamina 10mg/ml; frasco 20ml	267281	FRASCO	6	R\$ 11,65	R\$ 69,90
	17	Butilbrometo de escopolamina 6,67mg/ml+ dipirona 333,4 mg/ml; frasco 20ml	270622	FRASCO	6	R\$ 8,78	R\$ 52,68
	18	Butilbrometo de escopolamina 10mg+ dipirona 250mg;	270620	COMPRI MIDO	200	R\$ 0,43	R\$ 86,00
	19	Cetoprofeno 100mg;	393813	COMPRI MIDO	400	R\$ 1,77	R\$ 708,00
	20	Clonazepam 0,25mg, <u>apresentação sublingual</u>	344014	COMPRI MIDO	300	R\$ 0,31	R\$ 93,00



	21	Diclofenaco sódico 50mg;	271000	COMPRI MIDO	200	R\$ 0,09	R\$ 18,00
	22	Dipirona mono-hidratada 500mg/ml; frasco 20ml	267203	FRASCO	6	R\$ 3,29	R\$ 19,74
	23	Dipirona 500mg, comprimido.	267203	COMPRI MIDO	800	R\$ 0,24	R\$ 192,00
	24	Loratadina 10mg,	273466	COMPRI MIDO	360	R\$ 0,20	R\$ 72,00
	25	Paracetamol 750mg, comprimido.	267779	COMPRI MIDO	300	R\$ 0,32	R\$ 96,00
	26	Prednisona 20mg, comprimido.	267743	COMPRI MIDO	200	R\$ 0,54	R\$ 108,00
	27	Ondansetrona 4mg, comprimidos orodispersíveis.	419016	COMPRI MIDO	300	R\$ 0,85	R\$ 255,00
		<b>TOTAL GRUPO 4</b>					<b>R\$1.860,32</b>
5	28	Álcool etílico hidratado a 70%, apresentação em líquido. Frasco 1L. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.	269941	FRASCO	44	R\$ 9,05	R\$ 398,20
	29	Álcool gel 70%, tubo com tampa e bico econômico. Frasco com 500ml. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.	269943	FRASCO	40	R\$ 8,99	R\$ 359,60
	30	Embalagem para esterilização, material: papel grau cirúrgico, composição: com filme polímero multilaminado, para esterilização em autoclave, espessura: cerca de 60g/m2, termosselante, tamanho: cerca de 20 cm, com indicador químico. Apresentação: rolo de 100m. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.	442384	ROLO	6	R\$ 115,85	R\$ 695,10
	31	Embalagem para esterilização, material: papel grau cirúrgico, composição: com filme polímero multilaminado, para esterilização em autoclave, espessura: cerca de 60g/m2, termosselante, tamanho: cerca de 10 cm, com indicador químico. Apresentação: rolo de 100m. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.	442385	ROLO	6	R\$ 57,95	R\$ 347,70
	32	Hipoclorito de sódio 1%; frasco 1L. Validade mínima de 1 (um) ano na data de entrega.	437161	FRASCO	20	R\$ 5,23	R\$ 104,60
	33	Indicadores biológicos para ciclo de	339648	CAIXA	20	R\$ 51,39	R\$ 1.027,80



		esterilização a vapor. Caixa com 10 unidades. Validade mínima de 18 (dezoito) meses na data da entrega.					
		<b>TOTAL GRUPO 5</b>					<b>R\$ 2.933,00</b>
	34	Pano em rolo, material TNT, reutilizáveis, tamanho 20cmx22cm. Rolo com 58 panos.	280847	ROLO	25	R\$ 26,23	<b>R\$ 655,75</b>
	35	Sabonete líquido cremoso à base de triclosan a 0,5%, com aromatizante, utilizado para a assepsia das mãos. apresentação frasco com 1 litro. Validade mínima de 1 (um) ano na data da entrega.	388261	FRASCO	10	R\$30,08	<b>R\$ 300,80</b>
6	36	Luva procedimento P, de látex, tamanho pequeno. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619840	CAIXA	4	R\$ 29,40	R\$ 117,60
	37	Luva procedimento PP, nitrílica, sem pó, tamanho pequeno. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619822	CAIXA	30	R\$ 22,72	R\$ 681,60
	38	Luva procedimento P, nitrílica, sem pó, tamanho pequeno. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619823	CAIXA	29	R\$23,88	R\$692,52
	39	Luva procedimento M, nitrílica, sem pó, tamanho médio. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619824	CAIXA	30	R\$ 23,15	R\$ 694,50
	40	Luva procedimento M, de látex, tamanho médio, sem pó. Caixa com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	619846	CAIXA	4	R\$27,00	R\$ 108,00
	41	Máscara cirúrgica descartável, material não tecido 100% propileno, mínimo 3 camadas, ajustável com clipe nasal, tamanho adulto. Caixa com 50 unidades. Marca Medix, Descarpac ou similar. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	485312	CAIXA	26	R\$ 8,96	R\$ 232,96
	42	Touca uso hospitalar em TNT 100% propileno, descartável, com elástico duplo selado em toda volta, tipo turbante. Gramatura 30g/m2. Tamanho 50x50cm cor azul. Pacote com 100 unidades. Validade mínima de 2 (dois) anos na data	428616	PACOTE	40	R\$ 7,99	R\$ 319,60



		da entrega.					
		<b>TOTAL GRUPO 6</b>					<b>R\$2.846,78</b>
7	43	Ácido acetilsalicílico 100mg,	267502	COMPRI MIDO	60	R\$ 0,13	R\$ 7,80
	44	Captopril 25mg;	267613	COMPRI MIDO	300	R\$ 0,05	R\$ 15,00
	45	Dinitrato de isossorbida 5mg;	273402	COMPRI MIDO	60	R\$ 0,37	R\$ 22,20
	46	Furosemida 40mg, comprimido.	267663	COMPRI MIDO	60	R\$ 0,13	R\$ 7,80
	47	Losartana potássica 50mg,	268856	COMPRI MIDO	150	R\$ 0,08	R\$ 12,00
		<b>TOTAL GRUPO 7</b>					<b>R\$ 64,80</b>
	48	Bromidrato de fenoterol 5mg/ml. 20ml.	396471	FRASCO	6	R\$ 5,86	<b>R\$ 35,16</b>
8	49	Dipirona monoidratada 300mg + citrato de orfenadrina 35mg + cafeína anidra 50mg;	283156	COMPRI MIDO	200	R\$ 0,38	R\$ 76,00
	50	Dipirona 300mg + mucato de isometepteno 30mg + cafeína 30mg;	270633	DRAGEA	200	R\$ 0,92	R\$ 184,00
	51	Succinato de sumatriptana 50mg: caixa com 02 comprimidos	292468	CAIXA	10	R\$ 23,33	R\$ 233,30
		<b>TOTAL GRUPO 8</b>					<b>R\$ 493,30</b>
9	52	Cloridrato de fexofenadina 60mg + cloridrato de pseudoefedrina 120mg;	270796	COMPRI MIDO	200	R\$ 4,98	R\$ 996,00
	53	Dimenidrinato 50mg + Piridoxina 10mg;	272333	COMPRI MIDO	300	R\$ 0,74	R\$ 222,00
	54	Hidróxido de magnésio associado a hidróxido de alumínio e simeticona; frasco 240ml	431311	FRASCO	6	R\$ 16,48	R\$ 98,88
	55	Pantoprazol 40mg, comprimido.	267892	COMPRI MIDO	210	R\$ 0,29	R\$ 60,90
	56	Paracetamol 300 mg + diclofenaco sódico 50mg + carisoprodol 125mg + cafeína 30mg;	270917	COMPRI MIDO	300	R\$ 0,44	R\$ 132,00
		<b>TOTAL GRUPO 9</b>					<b>R\$1.509,78</b>
10	57	Cateter nasal para oxigênio, tipo olhos, tamanho adulto, estéril, embalagem individual. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	621719	UNIDADE	20	R\$ 1,05	R\$ 21,00
	58	Extensão para oxigênio, estéril, cerca de 2m, embalagem individual. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	458439	UNIDADE	20	R\$3,70	R\$ 74,00



		<b>TOTAL GRUPO 10</b>					<b>R\$ 95,00</b>
11	59	Balança doméstica, tipo digital, capacidade 150kg.	622211	UNIDADE	3	R\$87,64	R\$ 262,92
	60	Bolsa térmica para uso em saúde, com gel atóxico, cerca de 1000ml	433757	UNIDADE	2	R\$ 37,70	R\$ 75,40
	61	Bolsa térmica para uso em saúde, com gel atóxico, cerca de 500ml	433756	UNIDADE	2	R\$21,31	R\$ 42,62
	62	Esfigmomanômetro digital. Aparelho de pressão arterial digital automático de braço. Embalagem individual.	436498	UNIDADE	2	R\$ 176,70	R\$ 353,40
	63	Esfigmomanômetro análogo, aneróide, de braço, braçadeira em nylon, fecho em velcro, tamanho adulto. Embalagem individual.	432468	UNIDADE	5	R\$84,70	R\$ 423,50
	64	Esfigmomanômetro análogo, aneróide, de braço, braçadeira em nylon, fecho em velcro, tamanho <u>adulto obeso</u> . Embalagem individual.	435624	UNIDADE	2	R\$ 98,35	R\$ 196,70
	65	Termômetro clínico digital; ajuste digital; uso axilar, com alarme. Embalagem individual.	435801	UNIDADE	4	R\$ 15,35	R\$ 61,40
	66	Tira reagente para glicemia, p/ medidores de glicose G-Tech Lite, Caixa com 50 tiras. Validade mínima de 1 (um) ano na data da entrega.	339565	CAIXA	5	R\$ 46,54	R\$ 232,70
		<b>TOTAL GRUPO 11</b>					<b>R\$1.648,64</b>
12	67	Colagenase 0,6 U/g+cloranfenicol0,01g/g (pomada).bisnaga 30g	270495	BISNAGA	10	R\$ 17,54	R\$ 175,40
	68	Cloridrato de clonidina 0,100mg;	272043	COMPRI MIDO	90	R\$ 0,38	R\$ 34,20
	69	Mupirocina 20mg/g (pomada)	273455	BISNAGA	6	R\$ 22,83	R\$ 136,98
	70	Prometazina 20mg/g (creme)	269389	BISNAGA	6	R\$ 12,47	R\$ 74,82
		<b>TOTAL GRUPO 12</b>					<b>R\$ 421,40</b>
13	71	Fita adesiva grande (crepe): fita crepe adesiva hospitalar (50mx16mm) composta de papel crepado saturado e envernizado, recoberto com adesivo à base de borracha natural; embalagem individual. Validade mínima de 1 (um) ano na data da entrega.	400374	UNIDADE	12	R\$ 7,40	R\$ 88,80
	72	Maleta de primeiros socorros tamanho 44cmx24cmx22cm	371251	UNIDADE	2	R\$ 305,14	R\$ 610,28
	73	Máscara de ressuscitação para ventilação	456412	UNIDADE	7	R\$ 88,69	R\$ 620,83



		artificial ou ressuscitador manual (ambu). Validade indeterminada.					
	74	Sistema para compressão, tipo torniquete não pneumático, aplicação tático, para atendimento pré-hospitalar, com fivela e barra pressão.	485515	UNIDADE	4	R\$ 51,14	R\$ 204,56
	75	Tábua para massagem cardíaca, em material polipropileno, com as seguintes dimensões: Altura 6mm / Comprimento 60 cm / Largura 40cm. Prancha para compressão torácica.	427815	UNIDADE	2	R\$ 248,64	R\$ 497,28
		<b>TOTAL GRUPO 13</b>					<b>R\$2.021,75</b>
14	76	Butilbrometo de escopolamina 20mg/ml, ampola 1ml	267282	AMPOLA	10	R\$ 1,43	R\$ 14,30
	77	Butilbrometo de escopolamina 4mg + dipirona 500mg, ampola 5ml.	270621	AMPOLA	50	R\$ 1,82	R\$ 91,00
	78	Cetoprofeno 50mg/ml. Ampola 2ml.	448845	AMPOLA	50	R\$ 2,44	R\$ 122,00
	79	Diclofenaco sódico 25mg/ml, solução injetável. Ampola 3ml	271003	AMPOLA	50	R\$ 1,04	R\$ 52,00
	80	Dipirona monoidratada 500mg/ml, solução injetável. Ampola 2ml.	268252	AMPOLA	50	R\$ 1,21	R\$ 60,50
	81	Furosemida 10mg/ml, ampola 2ml	267666	AMPOLA	10	R\$ 1,93	R\$ 19,30
		<b>TOTAL GRUPO 14</b>					<b>R\$ 359,10</b>
15	82	Bateria não recarregável, lithium, 3V, Cr2032 (para glicosímetro e balança digital.) Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	345018	UNIDADE	20	R\$ 2,47	R\$ 49,40
	83	Bateria média alcalina C1,5V LR14 (para otoscópio). Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	240716	UNIDADE	6	R\$ 7,17	R\$ 43,02
		<b>TOTAL GRUPO 15</b>					<b>R\$ 92,42</b>
16	84	Abaixador de língua, material plástico, embalado individualmente. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.	629302	UNIDADE	400	R\$0,13	R\$ 52,00
	85	Absorvente higiênico normal, com abas e embalagem individualizada. Pacote com 8 unidades.	301728	PACOTE	10	R\$ 5,89	R\$ 58,90
		<b>TOTAL GRUPO 16</b>					<b>R\$ 110,90</b>
	86	Máscara descartável, dobrável PFF-2 (S) com sistema antiembaçante, filtro com tratamento eletrostático e <b>espuma nasal</b> ,	486891	Unidade	500	R\$7,99	<b>R\$ 3.995,00</b>



		descartável, marca 3M Aura 9320 ou similar. Obrigatório envio de amostra. Validade mínima de 2 (dois) anos na data da entrega.					
--	--	--	--	--	--	--	--

Valor total estimado da aquisição: **R\$ 25.754,21**

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra na categoria de bem de luxo, conforme Decreto n. 10.818/2021 e Ato GP TRT5 N. 033, de 26 de janeiro de 2023.

**1.3.** Em caso de divergência entre as especificações contidas nos códigos CATMAT/CATSER com as especificações técnicas do Termo de Referência, prevalecerão as especificações deste Termo de Referência.

**1.4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:**

A participação na dispensa deverá ocorrer sem exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) com base no art. 49, III, da Lei Complementar 123/2006. Considerando a dificuldade em obter fornecedores interessados, tanto ME/PP como empresas de outros portes, na participação em aquisições anteriores por este Tribunal, verifica-se não ter vantagem para a Administração restringir a participação às ME/EPP, tendo em vista a necessidade de ampliar a competitividade e obter a proposta de menor preço sem prejuízo para a Administração. A restrição dessas empresas em um processo de disputa, considerando o histórico diante da necessidade de ampliar a concorrência, faz-se necessário sopesar princípios pertinentes à contratação como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, prezando pela proposta mais vantajosa para a administração e diminuição de risco de grande quantidade de itens desertos durante a disputa.

**1.5. PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação será da data da publicação da nota de empenho no PNCP até a conclusão do objeto e respectivo pagamento pela Administração.

**1.6. NATUREZA**

(X) Comum

( ) Especial

( ) Especial de Tecnologia da Informação e de Comunicações

TRT da 5ª Região

TR - DISPENSA - Compras - art. 75 inciso II

Agosto/2025 - versão 7.0





1.7. REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

ETP elaborado?

(X ) Sim

( ) Não.

1.8. ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL (PCA)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO
CS-006-NC	Aquisição anual de medicamentos e materiais

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art.6º, Inciso XXIII, alínea “b”)

A Coordenadoria de Saúde presta assistência direta a magistrados e servidores. A natureza dos procedimentos demanda o uso de materiais e insumos de consumo imediato e descartáveis. É necessária a aquisição anual desses insumos devido à utilização natural dos estoques e à necessidade de substituição de materiais vencidos ou obsoletos. A ausência desses materiais inviabiliza a realização dos atendimentos.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL

3.1. Trata-se de AQUISIÇÃO cujo valor se enquadra no limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021, com as devidas atualizações, hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO.

3.2. JUSTIFICATIVA PARA AFASTAMENTO DE FRACIONAMENTO DE DESPESA: O somatório das despesas realizadas com objetos de mesma natureza, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade, e que foram despendidos neste exercício financeiro, não ultrapassam o limite para contratação por dispensa de licitação de modo a caracterizar o fracionamento indevido de despesa.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. OS BENS A SEREM ADQUIRIDOS DEVERÃO TER AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES (Artigo 40, § 1º, Inciso I):



**4.1.1. CARACTERÍSTICAS:** as características dos itens estão descritas nas tabelas constantes no item 1 deste instrumento.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d”)

### **5.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**5.1.1.** Os medicamentos e insumos deverão estar acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, com a identificação: nome do medicamento, laboratório do fabricante/ importador, código de referência, data de fabricação e validade, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto;

**5.1.2.** Os materiais e insumos deverão ter prazo mínimo de validade conforme estabelecido na descrição dos respectivos itens na tabela 1.1.

**5.1.3.** Todos os medicamentos deverão ter prazo de validade de pelo menos 12 meses contados a partir da data de entrega dos respectivos itens ao TRT 5 (grupos: 4, 7, 8, 9, 12, 14, itens: 3 e 48)

**5.1.4.** Somente serão aceitos medicamentos legítimos, com registro válido na ANVISA/Ministério da Saúde, provenientes de laboratórios legalmente instituídos;

**5.1.5.** Os materiais da mesma marca ou nome comercial (de referência ou similar) deverão ser os mesmos indicados na proposta;

**5.1.6.** Somente serão aceitos medicamentos similares que possuam teste de biodisponibilidade relativa e equivalência farmacêutica;

**5.1.7.** Serão aceitos medicamentos genéricos;

### **5.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

Devem ser atendidos os seguintes critérios indicados no Guia de Sustentabilidade do CSJT, aprovado pela Resolução 310/2021:

Em relação ao material de limpeza:

- Materiais menos agressivos ao meio ambiente.
- Produtos concentrados, preferencialmente.
- Os produtos saneantes domissanitários de qualquer natureza devem utilizar substâncias tensoativas biodegradáveis;



- Nas aquisições de produtos usados na limpeza e conservação de ambientes, também denominados saneantes, tais como álcool, água sanitária, detergentes, ceras, sabões, saponáceos, desinfetantes, inseticidas, devem ser observados os critérios de eficácia e segurança, comprovados pela regularidade (registro ou notificação) junto à ANVISA.

Em relação aos gerados resíduos do tipo B (medicamentos):

Serão gerados resíduos do tipo B (Medicamentos sólidos SEM PERICULOSIDADE, bem como suas embalagens primárias); Estes impactos são mitigados através da contratação, em vigor (PROAD 4117/2020), de empresa para recolhimento, tratamento e destinação destes resíduos, considerando o disposto na Resolução CONAMA no 358/2005 e na Resolução RDC/ANVISA no 222/2018.

### **5.3. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS** (Art. 41, inciso I, alíneas “a”, “b”, “c”, ou “d”, da Lei n. 14.133/2021):

**5.3.1.** Item 1 (grupo 1): Eletrodo descartável para desfibrilador externo automático (DEA) ZOLL AED PLUS. Eletrodo de peça única, mul função CPR-D-padz; uso adulto, descartável deve ser da **marca ZOLL**. A indicação da marca justifica-se pela necessidade de compatibilidade com o desfibrilador ZOLL AED Plus atualmente utilizado pela Coordenadoria de Saúde. A especificação visa garantir o pleno funcionamento do dispositivo, a segurança no atendimento e a padronização dos insumos, configurando exigência técnica.

**5.3.2.** Item 2 (grupo 1): Bateria 3V Lithium CR 123A (para DEA Zoll), deve ser das **marcas Duracell ou Sanyo**, conforme instruído pelo fabricante para correto funcionamento do produto atualmente utilizado pela Coordenadoria de Saúde.

### **5.4. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:**

**5.4.1.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

**5.4.2.** Serão exigidas amostras dos seguintes itens:



a) **Item 86:** Máscara descartável, dobrável PFF-2 (S) com sistema antiembaçante, filtro com tratamento eletrostático e espuma nasal, descartável. Marca 3M Aura 9320 ou similar.

**5.4.3.** Não será necessário envio de amostra caso sejam cotados as marcas e os modelos indicados como referência na descrição dos itens.

**5.4.4.** As amostras deverão ser entregues no prazo de até 7 dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

**5.4.5.** É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de acabar o prazo.

**5.4.6.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

**5.4.7.** Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Item 86:

- Vedação facial adequada
- Clip nasal ajustável e espuma para conforto em uso contínuo
- Não causar pressão excessiva no nariz ou orelhas
- Ajuste anatômico
- Presença de sistema antiembaçante para óculos

**5.4.8.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**5.4.9.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

**5.4.10.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**5.4.11.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.



**5.4.12.** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**5.5. SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5.6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “e”)

**6.1. PRAZOS E CONDIÇÕES:**

**6.1.1. CONDIÇÕES DE ENTREGA:**

**6.1.1.1.** O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da ordem de fornecimento acompanhada da nota de empenho, em remessa única.

**6.1.1.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**6.1.2. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:** Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Rua Ivonne Silveira, 248, Fórum 2 de Julho, CEP 41.192-007, Salvador-BA. **Torre 1, 2º andar, Coordenadoria de Saúde.** Horário de funcionamento de segunda à sexta das 08:00 às 15:00.

**6.1.3. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO:** Produtos em desacordo com a proposta ou as especificações do objeto deste Termo de Referência, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições, deverão ser substituídos no prazo de até 7 dias úteis contados da notificação para este fim.

**6.1.4. PRAZO DE VALIDADE:**

**6.1.4.1.** O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao descrito nas especificações na tabela do item 1.1.



**6.1.4.2.** Todos os medicamentos deverão ter prazo de validade de pelo menos 12 meses contados a partir da data de entrega dos respectivos itens ao TRT 5 (grupos: 4, 7, 8, 9, 12, 14, itens: 3 e 48)

**6.1.5. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (art. 40, §1º, inciso III, da Lei n. 14.133/2021)

**6.1.6.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**6.2. ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO:**

**6.2.1.** A autorização de fornecimento dos bens contendo a nota de empenho será enviada por correio eletrônico (trt\_ssaude@trt5.jus.br);

**6.2.2.** A contratada poderá entrar em contato com a Coordenadoria de Saúde para dirimir quaisquer dúvidas nos telefones (71)3319-7114, (71)3284-6478/6690 e pelo e-mail trt\_ssaude@trt5.jus.br.

**6.2.3.** O objeto será entregue em parcela única por ordem de fornecimento.

**6.3. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

Em conformidade com o art. 140, II, da lei 14.133/21, o objeto desta contratação será recebido:

**6.3.1.** Provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**6.3.2.** Definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, emitido pelo gestor do contrato.

**6.3.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do contrato.



## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f”)**

**7.1.** A gestão e a fiscalização do contrato obedecerão ao Ato GP n. 746/2023, que dispõe, inclusive, sobre a atuação dos(as) fiscais e gestores(as) de contratos de prestação de serviços, locação, concessão e permissão de uso de bens, compras, obras e serviços de engenharia e arquitetura no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, conforme Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

**7.2.** Mecanismos formais de comunicação: O mecanismo formal de comunicação será o e-mail (trt\_ssaude@trt5.jus.br) e o envio de notas fiscais e informações sobre faturamento será realizado através do **Portal SIGEO – JT**.

**7.3.** A gestão administrativa do contrato caberá ao Diretor da Coordenadoria de Saúde, a quem competirá gerenciar quaisquer alterações decorrentes da contratação.

**7.4.** A fiscalização do contrato será realizada por servidor da Coordenadoria de Saúde, que será responsável pelo recebimento do objeto e por atestar as notas fiscais para pagamento, na condição de representante do contratante.

**7.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei n. 14.133/2021, art. 120).

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “g”)**

**8.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação.

a) A CONTRATADA, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota de empenho**, deverá providenciar o credenciamento no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - (SIGEO-JT) para viabilizar os pagamentos das faturas vincendas no curso da execução do contrato.

(Para instruções deve ser acessado o seguinte link:  
[https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN\\_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing](https://docs.google.com/document/d/1I4hln6y4i2nAlXuTrkBcTYmMtiMzN_8Ebv6Bbd7Edvg/edit?usp=sharing))

b) **Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá emitir e protocolar a nota fiscal no sistema SIGEO-JT**, acompanhada da regularidade fiscal e trabalhista (CND-Federal, CRF e CNDT ou SICAF), para fins de validação/atesto pelo fiscal do contrato e posterior liquidação.



- c) O **prazo de liquidação** será de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal, prorrogável por igual período.
- d) Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, o período respectivo de execução do contrato, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- e) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.
- f) O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- g) Constatando-se junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- h) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- i) Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- j) Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- k) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- l) A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por





aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida LC.

m) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

n) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

o) No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA para correção monetária.

**9. REAJUSTE:** Considerando que se trata de aquisição com entrega imediata dos materiais, não haverá reajustamento do preço contratado.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h”)**

**10.1. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **dispensa de licitação eletrônica COM DISPUTA**, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021 e IN SEGES/ME N. 67/2021.

**10.1.1. Amostras**, conforme mencionado no item 5.5 deste Termo de Referência .

**10.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por grupo ou por item, considerando o grande volume de materiais.

**10.3.** A definição do critério de julgamento pelo menor preço por grupo (lote) para a aquisição de medicamentos fundamenta-se em razões de ordem técnica, econômica e de mercado, visando assegurar a competitividade, a economicidade e a efetividade da contratação.

## **10.4. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DO OBJETO EM GRUPOS DE ITENS:**

**10.4.1.** Parte significativa dos medicamentos possui reduzido valor unitário ou baixo impacto financeiro individual, o que pode desestimular a participação de fornecedores quando adquiridos



isoladamente, em razão dos custos logísticos, operacionais e administrativos envolvidos (frete, armazenamento, faturamento e entrega).

**10.4.2.** Nesse contexto, a reunião em lotes/grupos e itens permite tornar o fornecimento economicamente atrativo, ampliando o universo de competidores, buscando ampliação da competição.

## **10.5. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**10.5.1.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

**10.5.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.5.3.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**10.5.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**10.5.5.** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**10.5.6.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**10.5.7.** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



**10.5.8.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**10.5.9.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**10.5.10.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.5.11.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.5.12.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10.6. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.6.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.6.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.6.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**10.6.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.6.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se



localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

**10.6.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.6.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**10.6.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

**10.6.9. Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021).

**10.6.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **10.7. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**10.7.1.** Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

**10.7.2.** Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**10.7.3.** Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;



**10.7.4.** Declaração de que **não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**10.7.5.** Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.7.6.** Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.7.7.** Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**10.7.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.7.9.** O fornecedor enquadrado como **microempreendedor individual (MEI)** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, **estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.**

## **10.8. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Considerando a reduzida complexidade do objeto e seus requisitos, ficam dispensados **qualificação econômica-financeira** e certidões de regularidade fiscal municipal, conforme art. 70, inciso III da Lei 14.133/21, bem como por se tratar de bem para entrega imediata.

## **10.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Conforme disposto na Resolução CSJT nº 310/20215 (Guia de Contratações Sustentáveis no âmbito da Justiça do Trabalho), será exigida como habilitação técnica para materiais de consumo médico-hospitalar os seguintes documentos (exceto para grupos 1 e 15, e itens 34 e 35):

**10.9.1.** Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014.

**10.9.2.** Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, nos termos do artigo 21 da Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973.



**10.9.3. Apenas para os itens 3 e 20:** Autorização Especial – AE vigente, emitida pela ANVISA, para medicamentos e substâncias sujeitas a controle especial, mediante comprovação de requisitos técnicos e administrativos específicos, constantes na RDC nº 16/2014.

**10.9.4.** Caso a licitante seja dispensada da autorização, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa;

**11. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “i”)**

**11.1.** Objetivando definir estimativa de valor da contratação, a unidade demandante procedeu a pesquisa de mercado para levantamento de propostas.

**11.2.** O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ **R\$ 25.754,21** (vinte e cinco mil setecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos), conforme custos unitários presentes na tabela em anexo.

**11.3.** Os valores estimados da aquisição estão reunidos na planilha estimativa de preços anexa ao processo.

**12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “j”)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**12.1.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**12.1.1.** Gestão/Unidade: TRT5 UG N. 080007

**12.1.2.** Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.0029 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho – Bahia).

**12.1.3.** Plano Interno: P.O.: 0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas.



**12.1.4.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**13. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:** Considerando a permissão do art. 95, inciso I, da Lei 14.133/2021, optou-se por dispensar a confecção do instrumento de contrato, motivo pelo qual a contratação será formalizada pela nota de empenho de despesa com obrigações contratuais do presente Termo de Referência.

#### **14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do órgão contratante:

**14.1.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato.

**14.2.** Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

**14.3.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas.

**14.4.** Proceder à publicação do contrato e seus aditivos no site do Tribunal, na página destinada a essa finalidade, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**14.5.** Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência.

#### **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da contratada:

**15.1.** Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência.

**15.2.** Não transferir sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros, exceto naquilo que for autorizado nos termos deste documento.

**15.3.** Garantir que os itens fornecidos atendam plenamente à legislação vigente, sobretudo no tocante às questões sanitárias e ambientais.

**15.4.** Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.



**15.5.** Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei n. 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022, no que couber, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei n. 13.709/2018.

**15.6.** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**15.7.** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

## **16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, o Contratado que:

**16.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**16.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**16.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**16.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**16.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**16.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**16.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**16.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





**16.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**16.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, nos termos da lei;

**16.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos da lei.

**16.3. Multa:**

**16.3.1.** Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

**16.3.2.** O atraso superior a 30 dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**16.3.3.** Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto. Configura inexecução parcial o atraso da parcela superior a 30 (trinta) dias após o final do prazo de entrega.

**16.3.4.** Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Configura inexecução total o atraso superior a 30 (trinta) dias após o final do prazo de entrega.

**16.4.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**16.5.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**16.6.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.8.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



**16.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.9.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**16.9.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**16.10.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**16.10.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**16.10.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**16.10.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**16.10.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante; e

**16.10.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.11.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**16.12.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



**16.13.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**16.14.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133, de 2021.

**16.15.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n. 26, de 13 de abril de 2022.

## **17. RESCISÃO DO CONTRATO**

**17.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**17.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**17.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

**17.3.1.** Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e,

**17.3.2.** Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**17.4.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**17.5.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



**17.6.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**17.7.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

**17.8.** A extinção do contrato **não configura óbice** para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n. 14.133, de 2021).

Salvador, 16 de junho de 2026

*Assinado eletronicamente*

Augusto Manoel de Carvalho Farias

Coordenadoria de Saúde

**Termo de Referência baseado no modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União - AGU, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>.**

